

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.893 - SP (2019/0067507-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : PAULITALIA BARAO DE MAUA COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
**ADVOGADO** : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S) - SP104016  
**AGRAVADO** : FUNDO DE RECUPERACAO DE ATIVOS - FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS  
**ADVOGADO** : ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ E OUTRO(S) - SP178930  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULITALIA BARÃO DE MAUA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

*"Ação de anulação de cessão de crédito. Cessão de crédito regularmente efetuada. Sentença. Improcedência. Apelação. Cerceamento de defesa afastado. Ausência de norma legal acerca de direito de preferência na hipótese. Cessão de crédito regularmente efetuada. Sentença mantida. Recurso desprovido" (fl. 1.190 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos não foram acolhidos (fl. 1.200/1.202 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 1.205/1.202 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor e art. 85 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, que

*"(...) se ao tempo da cessão de crédito, o Banco Cedente houvesse dado ciência ao devedor, inclusive dado a ele as mesmas condições em que o Fundo Recorrido adquiriu o crédito, por certo que este, buscando se livrar de um endividamento, efetuaria o pagamento ou consignaria o valor.*

*(...)*

*(...) antes mesmo de ceder o crédito ao Recorrido, o Banco Cedente deveria ter o oferecido a Recorrente pelas mesmas condições, de modo a preservar, além do princípio da igualdade salvaguardado a Autora, o direito de preferência sobre o Requerido (...):*

*(...)*

*Mesmo se esse não fosse o caso, deixou de observar que se tratava de contrato já liquidado, conforme confesso do próprio Banco na Ação de Exibição de Documentos nº 1008878-95.2015.8.26.0348.*

*(...)*

*(...) o contrato discutido nos presentes autos encontra-se indiscutivelmente liquidado, conforme extrato e, demonstrado na AÇÃO*

# Superior Tribunal de Justiça

CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº  
1008878-95.2015.8.26.0348.

(...)

Muito embora tenha sido o Recorrido o responsável pelo ajuizamento desta ação, o acórdão mateve a sentença, atribuindo ao Recorrente o pagamento de sucumbência.

(...)

No caso em exame, não se mostra cabível eximir o Recorrido de arcar com o pagamento de custas e despesas processuais, além da verba honorária, sob pena de malferir o princípio da sucumbência, consagrado no artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, que impõe a condenação a quem deu causa a ação.

Conclui-se, portanto, que os honorários devem ser fixados de forma justa, destinados à remuneração do advogado pelo seu trabalho".

Contrarrazões às fls. 1.224/1.238 e 1.240/1.250 (e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 1.251/1.252 e-STJ).

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, quanto ao conteúdo normativo dos arts. 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor, verifica-se que não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e, nos embargos declaratórios opostos, não se provocou o pronunciamento acerca da questão. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*"

A propósito:

**"AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. BEM IMÓVEL. RECURSO ESPECIAL ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS PRECEITOS LEGAIS DITOS VIOLADOS. PRETENSÃO DE IMPUGNAÇÃO REFLEXA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO LOCAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

(...)

2. *É de rigor a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF quando, apesar de opostos embargos de declaração, os preceitos legais ditos violados não foram objeto de debate pelo Tribunal recorrido, por este ter decidido a lide à luz de legislação diversa.*

(...)

# Superior Tribunal de Justiça

4. *Agravo regimental não provido*" (AgRg no Ag 1.420.212/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 7/11/2013, DJe 11/12/2013).

Ademais, ainda que ultrapassado tal óbice, a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, na medida em que a recorrente, apesar de mencionar os artigos como malferidos, não especifica de que forma eles teriam sido contrariados pelo acórdão recorrido, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos. Incide, pois, a Súmula nº 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. COMPANHIA TELEFÔNICA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DOBRA ACIONÁRIA. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. OFENSA À COISA JULGADA. DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. (...)*

*(...)*

*2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, de modo que deve a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. A deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por analogia, do disposto no verbete sumular n. 284 do STF. Precedentes.*

*(...)*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AgRg no AREsp 708.667/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 22/6/2016).

Quanto ao dissídio sustentado, o recurso não pode ser conhecido.

Nos termos dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Confira-se:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. PROCEDIMENTO DE EMERGÊNCIA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA CONFIGURAÇÃO*

# Superior Tribunal de Justiça

*DOS DANOS MORAIS. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

(...)

2. A recorrente não cumpriu o disposto nos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pois a demonstração da divergência não se perfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que não foi feito na hipótese.

3. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 1.154.946/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 2/2/2018).

Relativamente aos honorários advocatícios, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, haja vista tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto.

Excetuadas as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, a majoração ou redução dos honorários advocatícios, igualmente, atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

A esse respeito:

*"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO AO SEBRAE/APEX-BRASIL/ABDI. LEI 11.457/2007. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CENTRALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA FAZENDA NACIONAL. EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO. ACÓRDÃO DE CUNHO CONSTITUCIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AFASTAMENTO OU REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ.*

(...)

6. Por fim, apontando violação ao art. 85 do CPC/2015, a pretensão da ora recorrente é afastar ou reduzir os honorários advocatícios de sucumbência. No entanto, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a fixação de honorários advocatícios esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, e que tal óbice sumular somente é relativizado em situações excepcionais, que se configuram quando os referidos honorários são estabelecidos em valores irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (REsp 1.681.414/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 3/10/2017, DJe 17/10/2017).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os quais devem ser majorados para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada a assistência judiciária, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 24 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

